

Programa de Pós-graduação em Economia – Universidade Federal do Pará



A ética econômica em Marx construída a partir de uma crítica à ética smithiana

Economic ethics in Marx constructed from a critique of Smithian ethics

Alexandre Lyra Martins a¹

Resumo: O texto propõe ao exercício analítico de delinear uma concepção de ética econômica em Marx a partir da perspectiva crítica deste autor à ética smithiana, referencial em sua época. Para alcançar o intento, a teoria dos sentimentos morais é inicialmente sintetizada, enfatizando seus pressupostos, e na sequência é elaborada uma crítica marxiana a essa tese, baseada em sua perspectiva teórico-metodológica materialista dialética. Ao final, chegou-se à conclusão que o exercício proposto permitiu agregar linhas de raciocínio aos trabalhos já publicados sobre ética marxista, que tomavam por base exclusivamente a obra do próprio autor.

Palavras-chave: Ética. Ética econômica. Teoria econômica.

Classificação JEL: B0, B1, B4.

Abstract: The text proposes the analytical exercise of outlining a conception of economic ethics in Marx from the author's critical perspective on Smithian ethics, a reference in his time. To achieve this aim, the theory of moral sentiments is summarized, emphasizing its assumptions at first, and then Marx's critique of this thesis is elaborated, based on his dialectical materialist theoretical-methodological perspective. In the end, it was concluded that the proposed exercise allowed us to add lines of reasoning to the works already published on ethics in Marx, which were based exclusively on the author's own work.

Keywords: Ethics. Economic ethics. Economic theory.

JEL classification: B0, B1, B4.

1. Introdução

A obra que veio a ser reconhecida como fundadora da ciência econômica, *A riqueza das nações*, nasce no rastro de uma concepção ética da sociedade moderna do mesmo autor, que

¹ Universidade Federal da Paraíba. Correio eletrônico: lyramartins@hotmail.com. 0000-0001-5150-7061.

passou a ser referência para a fase clássica das ciências sociais. Na *Teoria dos sentimentos morais*, Smith (2015) coloca os sentimentos como categoria central para o entendimento do comportamento social. A moral não diz respeito a todas as ações humanas, apenas às mais importantes, as relativas ao convívio social, daí porque necessariamente envolveria alguns sentimentos centrais.

Marx tomou a teoria econômica clássica como referencial para elaborar sua tese acerca da lógica predominante no capitalismo, que também se tornou marco teórico para os estudiosos da temática. A apresentação inicial da teoria é precedida de uma exposição sintética de sua crítica à concepção clássica, partindo do questionamento à base metodológica dessa escola (Marx, 1986, p. 14-19). Daí segue divergências agudas em relação a todo cabedal correspondente às teorias econômicas predominantes de sua época, especialmente às obras de Smith e Ricardo, apoiadas no desenvolvimento de outra lógica de racionalidade que rejeita o princípio do individualismo como determinante do comportamento humano.

Mesmo com toda abrangência e profundidade reconhecidas pelos estudiosos de sua obra, entretanto, Marx não constituiu uma tese específica acerca da moral econômica, que só pode ser vislumbrada por meio da interpretação de elementos desse campo social em seus escritos, como fez Albinati (2007), Quiniou (2012), Cunha e Dias (2016) e Fernandez (2021). Ocorre que essas contribuições, ou esboçam a aludida concepção a partir da crítica de Marx à teoria do valor, caso da primeira autora da lista, ou o fazem diretamente a partir das obras do autor, caso dos demais autores.

Tendo em vista a lacuna supracitada, o objetivo do presente estudo é formular uma concepção de moral econômica de Marx, usando os percursos metodológico e de exposição das ideias originalmente adotados pelo autor em questão na construção de sua obra econômica, colocando a crítica às concepções consideradas mais relevantes no panorama acadêmico de sua época como marco inicial da análise. A perspectiva crítica às concepções predominantes precede a elaboração do próprio método marxista, resultado de uma crítica à lógica formal, aos métodos tradicionais usados nas ciências naturais (dedução e indução) e à concepção dialética hegeliana (Costa, 2010). Sendo a tese moral smithiana paradigmática para a escola clássica, ela deve ser referencial no exercício teórico proposto, que agrupa elementos adicionais e complementares aos trabalhos que se propuseram a delinear os traços de uma moral econômica marxiana.

O texto é composto por duas partes principais, a primeira, que é ponto de partida do exercício proposto, contém os elementos principais da concepção de moral smithiana, e a segunda, onde se reconstrói a ética marxista com base na crítica à moral clássica. Essas partes são divididas em algumas seções abordando, em Smith; os antecedentes da formulação smithiana (contextualizando sua crítica a Mandeville) e suas premissas iniciais, os princípios gerais do egoísmo construtivo e da simpatia, a dualidade dos indivíduos (agentes e juízes), o caráter racional dos sentimentos morais; e depois em Marx; a crítica metodológica e a especificação do método marxista (bem como a premissa da racionalidade de classes), a relação dos processos produtivos com a produção de valores, a construção ideológica e a manipulação dos valores sociais, o problema moral maior do capitalismo, e por fim, a moral dos trabalhadores.

2. A harmonia social smithiana

Adam Smith publicou a *Teoria dos sentimentos morais* em 1759, num contexto em que a revolução industrial se consolidava, portanto abordou uma sociedade moderna em sua formatação histórica inicial. A obra precedeu “*A riqueza das nações*”, publicada poucos anos mais tarde, e forneceu alguns fundamentos para sua construção. Ainda que haja algum debate, prevalece a tese da complementaridade entre os escritos, como atestam Bianchi (1988, p. 104-106), Camargos (2003, p. 72-73), Feijó (2007, p. 114) e Passos (2006). Uma vez que o interesse do estudo em tela é explorar a moral socioeconômica, essa é extraída basicamente das premissas gerais da primeira obra, cabendo à segunda menções esporádicas.

Como acadêmico, Smith discutiu teses de filósofos como Voltaire, Hume, Locke e Hobbes, se posicionando ao lado dos três primeiros na defesa da sociedade constituída a partir da liberdade individual, enquanto Hobbes acreditava que os interesses individuais gerariam uma sociedade cheia de conflitos e que, por consequência, o marco fundador da sociedade livre deveria ser o próprio Estado, enunciando as leis que garantiriam a convivência social. Tanto Smith se alinhava a esses pensadores, que os princípios do iluminismo² também são seus fundamentos, norte das ideias que veio a desenvolver sobre ética (e, na sequência, sobre economia), tendo como um de seus principais pontos de partida a crítica à fábula das abelhas

² Os fundamentos filosóficos do iluminismo são sintetizados e discutidos em Rouanet (1992).

de Mandeville (2024)³, poema importante da época, que pesquisadores posteriormente reconheceram como marco original do ‘egoísmo ético’ (Fonseca, 1993, p. 134).

2.1 Smith e Mandeville: quando aparecem os sentimentos

Na linha mandeviliana, Smith (1985, p. 50) adota o egoísmo como leme das atitudes humanas numa sociedade livre, mas discorda de seu caráter absoluto, viabilizando todas outras paixões do ser. De acordo com Smith, prevaleceria um egoísmo construtivo, porque os homens têm capacidade de discernimento suficiente para separar os desejos proveitosos para todos dos desejos vantajosos para poucos e prejudiciais para outros, através dos sentimentos que suas consequências geram. Os atos correspondentes aos primeiros geram benefícios sociais, proporcionando bem-estar geral, enquanto os do segundo tipo geram mal-estar, ou mesmo perdas materiais. Estas percepções forneceriam as bases morais para a construção de um acordo social livre (Smith, 2015, p. 26), já que vai prevalecer a aprovação dos comportamentos agregadores.

Num contexto de expansão da produção, onde anseios por ganhos econômicos se generalizam, Mandeville (2024) aposta na pequenez de caráter para explicar a busca desmedida das pessoas por qualquer vantagem monetária dentro das possibilidades de cada um, conciliando essa com pretensões sociais e políticas. Como o excesso produtivo é atribuído às conquistas individuais, não há preocupação com terceiros, os efeitos colaterais são secundários. A sociedade livre seria um jogo de vale tudo com perdedores e ganhadores, no qual alguns conseguem explorar as oportunidades e outros as perdem, sendo positivo o resultado final das operações em termos de atividade produtiva abundante. Sua *fábula das abelhas* dá exemplos disso em várias estrofes.

Smith entende que a sociedade amadurece e supera o padrão mandeviliano, transitando para um *modus operandi* onde todos ganham se pautando pelas virtudes e suas consequências positivas, que são geradas via atitudes egoísticas específicas, construtivas, nas quais os ganhos se estendem à demanda. Um mercado referencial passa a ser o lugar onde se valoriza quem oferta honestamente algum produto, e não quem quer enganar, ludibriar incautos, gerando prejuízo.

³ Bianchi (1988, p. 118-122) resume a discussão acerca das divergências de Smith em relação à tese mandeviliana das abelhas, concluindo que uma distância inicial significativa é diminuída ao se debruçar no conteúdo da discordância.

Nos mercados livres, em princípio, não haveria espaço para trapaça, pois a informação circula e com algum tempo seus adeptos seriam excluídos pela maioria, além do que, são criados mecanismos sociais de punição para comportamentos morais alternativos, corrosivos para a construção virtuosa.

O entendimento correto das concepções passa pela contextualização temporal. Mandeville desenvolveu sua tese quando o capitalismo ainda não estava plenamente formado (sua base era mercantil)⁴, num contexto ainda transitório em que a defesa da liberdade era mais enfática em contraposição aos parâmetros feudais. A Inglaterra já havia adotado o Estado moderno de direito no final do século anterior, mas ainda eram travadas disputas internas pela hegemonia política em toda Europa, onde predominava estágios iniciais da revolução industrial.

Pode-se dizer que Mandeville absorveu bem o espírito de sua época, de um capitalismo nascente, primitivo, onde a defesa da liberdade era levada às últimas consequências para libertar as nações das amarras de privilegiados que controlavam a política e a economia, já Smith reflete em sua tese um capitalismo recém formado, mas já delineado⁵, com maior clareza de seus valores, e nesse contexto a sociedade ratificou apenas iniciativas produtivas, aquelas que geram bem estar social, seja por ganhos sociais ou econômicos, através das utilidades proporcionadas pelas mercadorias.

2.2 Desejos, paixões e simpatias

A vaidade, a ganância ou qualquer outro sentimento humano pode ser levado para lados opostos, para direções antagônicas no campo da moral, acarretando consequências de igual rumo (Smith, 2015, p. 29-30). Se a pessoa estiver impregnada de má fé, a atitude decorrente dele traz frutos improdutivos, mas se, por outro lado, for movido por boa fé, mesmo não havendo uma boa intenção direta (a vontade do produtor no mercado é beneficiar a si próprio), o indivíduo deixa um rastro de benefícios sociais, pois a produção de algo desejado por algumas pessoas gera reconhecimento social, na medida em que há uma avaliação meritória do produtor (Smith, 2015, p. 48). A ganância do produtor, portanto, é diferente da ganância do ladrão ou do fraudador, é positiva ao gerar empregos, bens e serviços para as pessoas, se revelando uma

⁴ A fábula foi publicada no princípio do século XVIII.

⁵ Quiniou (2012, p. 177) discute o estágio do capitalismo em Smith.

virtude. Quando ela é desvirtuada, passa a ser vício. Um mercado livre, disputado honestamente, seria bom para todos envolvidos.

Para Smith (1985, p. 50), se alguém vai ao mercado adquirir uma mercadoria, não importam as virtudes ou defeitos pessoais do empresário, se é expansivo, cordial ou fechado, humilde ou arrogante, o que importa é sua virtude socioeconômica manifestada concretamente na oferta de bens e serviços para a sociedade. Esse é o aspecto fundamental, a atenção maior ou menor pode determinar número maior ou menor de clientes, mas todos, ofertantes e demandantes, são movidos pelo auto interesse. Smith defende que as pessoas sabem distinguir as paixões produtivas das destrutivas, corrosivas, entre o que é desejável e o que é indesejável.

O egoísmo construtivo é uma opção social de dimensão dupla, pois a pessoa se preocupa consigo, mas também tem que levar em conta os demais, uma vez que tem de vender a produção e, assim, gerar benefício concreto para terceiros. O objetivo de cada um é melhorar materialmente, obter mais renda, de maneira que quando o esforço for produtivo, os sinais de riqueza relacionados vão ser vistos como merecidos. Nessa lógica, a riqueza individual é também social no caso da economia mercantil, pois só o enriquecimento através da produção é aprovado pela sociedade, ao mesmo tempo em que rejeita a riqueza obtida de maneira predatória (Smith, 2015, p. 77).

Se a estória das abelhas fosse recontada considerando a lógica smithiana, teria um desenrolar diferente, um final feliz, afinal tudo que é desejável é bem-visto socialmente, como o trabalho do empresário principalmente, então não haveria a necessidade da transformação moral das abelhas, seria apenas a história exitosa de uma colmeia produtiva e seu contínuo exercício de discernimento entre os atos que contribuem para o progresso socioeconômico e os que dilapidam o coletivo.

Smith considera o desejo como um fim e os princípios morais, alvo de julgamentos, definem os meios usados para alcançá-lo. Em alguns casos, o desejo pode ser avaliado coletivamente como degradante, como o enriquecimento a qualquer preço ou o consumo desmedido de bebidas, já que o resultado desses impulsos individuais é desagregador e danoso. A discussão seria quanto à qualificação moral e às variações de intensidade do desejo, pois um

mesmo desejo, dependendo da forma como se lida com ele, pode passar de desejado a desejável ou indesejável; algo mais seletivo⁶.

Smith (2015, p. 12) afirma que uma economia de livre mercado é formada a partir da identidade com o outro, tendo por guia as iniciativas individuais produtivas. Esta é a ideia central da teoria dos sentimentos morais (TSM): no convívio social, os laços sociais são reforçados através da simpatia, e esses são repassados às gerações futuras por meio de reprodução interna de valores virtuosos nos ambientes sociais e familiares, onde a afinidade moral é natural como regra, já que a família é o esteio emocional e econômico dos indivíduos.

Para Smith, a simpatia é um conceito crucial porque sociedades livres são construídas a partir de consensos possíveis em torno de núcleos morais centrais, ou seja, só deve haver diversidade moral fora do círculo desses princípios norteadores. As pessoas têm simpatia por quem tem moral e atitudes similares às suas, por quem realiza ações construtivas do ponto de vista da sociedade e, mais especificamente, por quem gera bem-estar, promovendo um melhor padrão/qualidade de vida aos outros. O consumidor se identifica com o ofertante das mercadorias porque sabe que seguindo esse padrão, terá produção abundante.

Nesse contexto, a riqueza é motivo de orgulho, enquanto a pobreza é vergonhosa (Smith, 2015, p. 59), e se evite expô-la. Assim, na família, o menor agrupamento social, se observa o respeito pelos mantenedores, aqueles que criam as condições concretas de sobrevivência do grupo, buscando melhorias constantes, gerando um bom convívio social. A família típica da sociedade livre é liderada pelo(a) chefe que desenvolve suas melhores habilidades no sentido de obter a maior quantidade de rendimento possível no mercado, para, assim, permitir um bom padrão de vida para si e para sua prole, que, naturalmente, se espelha nele(a) e estará predisposta a dar continuidade a esses valores. Amigos também são bem quistos por gerar bem-estar no prazer do convívio e formar uma rede que atua na expansão dos negócios e na proteção e apoio em situações de fragilidade socioeconômica. Fecha-se o ciclo virtuoso básico de bons costumes e valores, em que o econômico está no centro e intrincado com o social; sendo ambos pautados por princípios morais. Por outro lado, o(a) chefe de família que não consegue gerar boas

⁶ Conforme Rouanet (1992, p. 150-151), isso é aprofundado por Kant. A sintonia de Kant com o raciocínio smithiano pode ser vista em diversos pontos de sua obra, como em Kant (2010, p. 41-43) ao comentar a relação das experiências com a liberdade, ou quando disserta acerca dos sentimentos morais, do respeito no convívio social e sobre a virtude como base da organização social livre (*Ibidem*, p. 165-169).

condições materiais de sobrevivência, alimenta hábitos desregrados, por vezes acompanhados do uso de violência, e propaga essas atitudes pelo exemplo, gerando instabilidade familiar recorrente. Para Smith, lugares em que a economia de mercado é insuficiente seriam exemplos dessa falta de oportunidades que assola certos países e proporciona situação de precariedade econômica e social para várias famílias. As famílias mais pobres, em regra, teriam valores distorcidos por se encontrarem inseridas em um vale-tudo pela sobrevivência, e aí vem a violência, os vícios se instalaram e tornam muitas vezes o ambiente familiar insuportável.

2.3 O agente e o juiz

A avaliação das atitudes é realizada a todo momento por um ‘eu’ avaliador, que convive dentro de cada um com o indivíduo propriamente dito, o agente. Smith divide o indivíduo em dois e cria a figura teórica de um outro ser crítico, correspondente à consciência moral, que convive com nossa individualidade, ajudando a pessoa a tomar as decisões corretas, pois ele seria o correspondente a um avaliador externo, que consegue se colocar na situação dos outros para julgar ‘imparcialmente’ as pessoas e situações. Esse segundo eu é denominado juiz. Só um avaliador externo teria a distância suficiente para realizar o julgamento, que é feito com base em seus valores mais caros, e seu resultado, a decisão, explicita esses valores:

... tudo se passa como se me dividisse em duas pessoas; e que eu, examinador e juiz, represento um homem distinto perante o outro eu, a pessoa cuja conduta se examina e se julga. A primeira pessoa é o espectador, de cujos sentimentos quanto à minha conduta tento participar, colocando-me em seu lugar e considerando como a mim me parecia se examinasse desse ponto de vista particular. A segunda é o agente, pessoa a quem propriamente designo como eu mesmo, e sobre cuja conduta tentava formar uma opinião, como se fosse a de um espectador. A primeira é o juiz, a segunda é a pessoa a quem se julga (Smith, 2015, p. 142).

Se o valor crucial da sociedade é a liberdade, prevaleceria a vontade da maioria que segue as virtudes e condena os vícios. Os julgamentos morais (e também jurídicos) seriam pautados pela virtude porque as sociedades livres são erigidas em razão dos ganhos proporcionados pela sociabilidade, os benefícios a terceiros, um parâmetro que tende a ser reproduzido, copiado. Por outro lado, as pessoas tenderiam a ter antipatia a atitudes desagregadoras, como as fraudulentas ou trapaceiras. O exercício cotidiano dos princípios morais é intenso e necessário para a consolidação desse modelo, pois esse tipo de organização social é um projeto ambicioso do ponto de vista ético.

2.4 Trabalho honesto, sentimentos e razão

Por fim, deve ser registrada a vinculação dos sentimentos com a razão. A base das decisões acerca do que é certo ou errado na concepção smithiana são os sentimentos, mas esses, entretanto, são mediados pela razão. O sistema nervoso, suas terminações, as conexões neurais é que são responsáveis pelas sensações, e, portanto, os sentimentos moldam a racionalidade. Quem reage às situações é o cérebro, que busca o prazer e repudia a dor, prefere melhores condições materiais à pobreza, e, portanto, tem clareza acerca da conduta a tomar.

Os sentimentos determinam os caminhos da razão, pois o que é razoável depende do que se ajuíza como certo e errado, a partir da busca pelo prazer e afastamento da dor. Note-se que a razão humana é marco central da construção iluminista, que anuncia a evolução do homem racional ao perceber que pode separar o divino da vontade humana, inaugurando uma capacidade de discernimento que lhe permite conviver com a liberdade, gerando desenvolvimento científico e social em outros patamares.

Do ponto de vista da investigação smithiana, portanto, o que sobressai moralmente no mundo econômico é a ética do trabalho honesto, produtivo, que gera o benefício esperado por todos (bens e serviços), o retorno coletivo do esforço individual despendido. Ainda que haja processo histórico de apropriação privada de recursos na economia de livre mercado, gerando as remunerações dos fatores de produção terra e capital (Smith, 1985, p. 77-82), o valor é erigido a partir do trabalho honesto, com todos zelando pela economia ao escolher apenas os ofertantes virtuosos.

As livres escolhas levam à divisão do trabalho e aos ganhos de produção e produtividade que transformam a realidade econômica de até então, de modo que a categoria do trabalho honesto, acima de qualquer outra, tem a simpatia das pessoas e, consequentemente, formas alternativas de trabalho desagregadoras, corrompidas, são desonestas e evitadas pela sociedade por seu mal-estar intrínseco. A ideologia mercantilista do vale tudo pelo ganho seria superada na construção do capitalismo, que permite, por exemplo, o capital financeiro como algo desejável por possibilitar a expansão dos negócios, democratizando o crescimento para agentes descapitalizados⁷.

⁷ Do ponto de vista moral, historicamente seu papel foi sistematicamente desvirtuado, num comportamento típico mandeviliano, para proporcionar enriquecimento fraudulento de agentes financeiros em grandes crises. Na dinâmica da acumulação, propriamente, o capital financeiro superou os demais capitais para liderar uma nova fase

A ética do trabalho smithiana prevê o reconhecimento social a qualquer tipo de trabalho, que confere sua justa remuneração no mercado concorrencial, ainda que posteriormente na *Riqueza das nações*, vá fazer restrições pontuais a alguns tipos de trabalho⁸. Há a superação do reconhecimento de trabalhos específicos (agrícola ou comercial), defendido em vertentes teóricas anteriores, para a aceitação social de qualquer tipo de trabalho, pago pelo tempo despendido e pela qualificação necessária para exercê-lo, incluindo aí o trabalho do empresário e do financista, que fazem a economia de mercado prosperar consolidando o novo paradigma de produção (Martins, 2020, p. 99).

3. Os valores segundo Marx

Esforços têm sido feitos no sentido de explicitar e revelar elementos éticos na obra marxista, pois, diferentemente de Smith, não há referências diretas sobre a questão em seus textos, como atestam Cunha e Dias (2018), Quiniou (2017) e Fernandez (2021). Entender a moral econômica do ponto de vista de Marx implica reconhecer o funcionamento das organizações sociais a partir de processos dialéticos materialistas, tomando como referência os grupos sociais e suas relações, considerando os respectivos contextos históricos. Só assim a superfície das aparências que os métodos e as teorias clássicas observam para compreender a sociedade é superada.

Uma leitura crítica inicial da tese smithiana baseada na perspectiva dialético-histórica detecta um equívoco original no pensamento liberal smithiano, que norteia o estudo: o ordenamento moral não é marco fundador da sociedade, pois esse se desenvolve em torno de um modo de produzir objetivo que proporciona as condições materiais de sobrevivência (Albinati, 2006, p. 176, 183, 187 e 192 e Quiniou, 2012, p. 176, 186 e 192). Smith entende que o liberalismo coloca as sociedades no rumo de uma história natural, pois antes era determinada por alguns que governavam arbitrariamente, enquanto para Marx, o capitalismo é compreendido como um capítulo de um processo histórico maior sempre desencadeado por

financista do capitalismo, colocando em segundo plano a produção industrial, que tanto marcou o sistema de mercado em sua origem e chamou a atenção de Smith.

⁸ Trata-se da discussão sobre a produtividade dos diferentes trabalhos, realizada por Smith (1985) no capítulo III do livro segundo da ‘Riqueza das nações’. Posteriormente, Malthus (1986), no primeiro capítulo de seu livro ‘Princípios de economia política’ contesta Smith, argumentando em torno da produtividade de todo trabalho, variando apenas o grau de produtividade.

mecanismos centrais (dialéticos), onde a moral instituída é resultado de consensos estabelecidos pela classe dominante⁹.

Para a dialética materialista, a atividade produtiva depende fundamentalmente da interação de dois grupos sociais principais, antagônicos, considerando o respectivo contexto histórico. O processo dialético, contudo, é disparado por mudanças nos processos produtivos apropriadas por um terceiro grupo ascendente, que também vai se contrapor ao grupo dominante vigente. A contradição chave, portanto, não se dá entre os grupos dominado e dominante, pois o dominado não oferece novas relações de produção à sociedade, mas sim entre o dominante vigente e um novo grupo ascendente. É preciso que ocorram transformações nos processos produtivos, para que surja do grupo dominado um outro segmento social que se separe deste, se aproprie de novas condições de produção e passe a contestar o grupo dominante vigente como alternativa de poder e sustentação socioeconômica, introduzindo outra relação de produção. A dominação se dá a partir da instância econômica, mas é preciso a consolidação desta através da constituição de uma “superestrutura jurídica e política” (Marx, 1986, p. 25).

Nesse contexto, segue uma segunda observação: a abordagem metodológica marxista reinterpreta a lógica do mercado superando a perspectiva individualista clássica, adotando um padrão de racionalidade de classes que define, por sua vez, os elementos morais fundamentais (Martins, 2021, p. 38-39 e p. 151). O egoísmo (individual) faz parte da busca ancestral pela sobrevivência, não se configurando categoria capitalista específica¹⁰. Pela ótica marxista, entretanto, historicamente sempre houve alguma disputa entre segmentos sociais pelo controle da riqueza produzida e as classes sociais dominantes sempre foram egoístas na defesa de seus interesses¹¹ procurando explorar a classe trabalhadora (Marx, 1985, p. 190), então se deduz que, para Marx, o egoísmo pode ser considerado construtivo, porém de estruturas produtivas e de dominação históricas, dando acabamento ao edifício socioeconômico erigido por meio da

⁹ Podendo simplesmente se apropriar e acoplar tradições culturais existentes ou impor novos princípios, a depender das necessidades de ajuste ao *modus operandi* da classe dominante.

¹⁰ Aqui novamente vem à tona a compreensão natural da história por Smith. Ainda que sua análise mais ampla recaia sobre as sociedades liberais, em certa altura de sua obra sobre moral, Smith (2015, p. 246-260) explora vários contextos históricos, ressaltando a universalidade dos princípios morais, sendo afetados por variações culturais que podem mudar a manifestação dos sentimentos. Na sua obra econômica, a divisão do trabalho tem origem na propensão natural, e universal, às trocas (Smith, 1985, p. 49), que decorre de ganhos produtivos do homem com este ato egoísta, desde sua organização em tribos, e eventos diversos destravam sua expansão gerando a industrialização.

¹¹ Dada a histórica relativa escassez de recursos e a exceção do modo comunista primitivo de produção.

formatação de uma ordem moral econômica particular, que se sobrepõe às demais dimensões da moral.

Uma terceira observação crítica diz respeito à harmonia social como síntese de livres acordos. A premissa smithiana de que todos ganham com a liberdade social e econômica, via reconhecimento mútuo entre os indivíduos não se sustenta pelo entendimento dialético, afinal há exploração de um grupo social por outro, geradora de tensão social que é amenizada pela disseminação de uma moral socioeconômica conformista. A moral socioeconômica predominante corresponde aos princípios e valores da classe dominante vigente nesse campo, garantidores da exploração dos trabalhadores com a relação de produção capital-trabalho, necessariamente impingindo injustiça social na medida em que, retirando parte da devida remuneração, impõe ao maior contingente populacional condições materiais mínimas ou precárias de sobrevivência. Nesse sentido, o capitalismo é apenas mais um modo de produção que gera concentração de riqueza e injustiça social, aumentando a exploração de trabalhadores, que exponenciam a produção da riqueza a ser apropriada pelo capital (Quiniou, 2017, p. 56, 58).

3.1 Economia, processo de trabalho e produção de valores

O homem imaginado por Smith é senhor de seus valores porque assim parece ser na sociedade moderna (Martins, 2021, p. 128-131). Como visto no item anterior, Marx diminui a importância dos valores individuais e a eles sobrepõe os valores sociais de grupos dominantes, condicionantes da vida social. Em todas épocas foi assim, mas na modernidade o indivíduo é colocado retoricamente como protagonista de uma nova ordem social e econômica que lhe daria autonomia para decidir seus rumos, porém a maior parte dos valores socioeconômicos, notadamente os mais importantes, continuam sendo forjados pelas classes dominantes, justamente para definir os parâmetros básicos da ordem em vigor (Martins, 2023, p. 3).

A liberdade é o ponto de partida smithiano para explicar a economia moderna através da livre iniciativa¹². Essa premissa, entretanto, garante experimentações apenas dentro da

¹² Smith raramente usa a palavra liberdade, mas se refere à natureza humana, onde sua essência seria a condição livre, para chegar a ela (Smith, 1985, p. 49). Na economia que quer explicar na *Riqueza das nações* é resultado maior desta busca, nesta prevalece a livre concorrência que permite o desenvolvimento das potencialidades produtivas do homem. Quando essa não é presente, podem surgir condições privilegiados de produção, naturais ou artificiais ratificadas pelo Estado (Smith, 1985, p.88). Na teorização moral da sociedade, sua preocupação é

ordem instituída, pois não há liberdade para atitudes contestatórias à ordem capitalista, que são reprimidas. Nesse sentido, novamente a modernidade não difere da idade média ou da antiguidade. As pessoas são estimuladas a pensar em novos negócios, mas não em formas alternativas de produção, especialmente modelos socializantes ou coletivistas. Há simpatia para atos diversos, desde que reforcem a moral da busca pelo lucro, reproduzindo o comportamento padrão.

Em seguida, é relevante observar que Smith (2015, 17) coloca todos os valores no mesmo plano de análise teórico, sendo o econômico apenas uma dimensão do social, definida a partir da premissa geral da simpatia (o reconhecimento mútuo). Como já visto, na perspectiva marxista, os valores de caráter econômico se sobrepõem aos de cunho social por representarem a dominação estrutural, o interesse central da elite dominante. Os valores sociais vão ser balizados pelas tradições e culturas, mas vão se adequar aos valores econômicos principais, notadamente os que orientam as relações de produção. Assim é calibrada a superestrutura: o conjunto dos valores morais guarda, em última instância, uma relação de alinhamento/subordinação com os valores econômicos, sendo manipulados pela classe dominante para manter a ordem instituída apaziguada, por meio de um pacote ideológico a ser assimilado pela população.

Os anseios e aspirações individuais e sociais da população são, segundo Marx (2001, p. 48), guiados pela ideologia dominante no sentido de enaltecer e expandir a forma de produção vigente. Antes do capitalismo, a ideologia era imposta autoritariamente sem maiores sofisticações, mas com a economia de mercado vem o Estado moderno de direito e a liberdade como valores referenciais, tornando mais complexa a defesa do sistema é importante a disseminação de um ‘consenso moral’¹³. Agora passa a ser relevante estimular o consumo, a ascensão econômica por meio da livre iniciativa, o empreendedorismo etc., e convencer os explorados de que a atividade empresarial é modelar, fazendo os trabalhadores admirarem os capitalistas por toda imensa produção de mercadorias disponível.

explicar a nascente sociedade livre que testemunha, algo impensável algumas décadas atrás, de maneira que a reciprocidade moral, a simpatia, são fundamentais para entender esse novo contexto (Smith, 2015, 2015).

¹³ Que é flexível e pode ser rediscutido. Note-se que as prerrogativas sociais e jurídicas no início do liberalismo eram restritas a um pequeno grupo, mas foram se estendendo posteriormente no sentido de incorporar mais grupos sociais (mulheres, negros, portadores de deficiência, etc).

3.2 Livre arbítrio e ideologia

Em sua teoria, Smith percebe a valorização do mercado de forma acrítica: livremente, as pessoas querem e exaltam o mercado por suas benesses objetivas, os ‘benefícios públicos’ (Smith, 1985, p. 50). Pela ótica marxista, os dois lados do reconhecimento moral mútuo colocado pelo liberal inglês (oferta e demanda), devem ser vistos não individualmente, mas como agrupamentos, e como tal, têm condições diferenciadas, uma vez que um lado, a classe capitalista, produz a ideologia dominante e o outro, a classe trabalhadora, a consome (Marx, 2001, p. 49). A crítica partiria da contestação ao princípio de livre arbítrio, uma vez que os indivíduos são moldados em sistemas de educação formal e de mídia que apoiam a ordem institucional em vigor, com conhecimentos e informações sintonizados com a lógica do mercado. O que eram escolhas morais espontâneas, consequência da liberdade para Smith, passa a ser, para Marx, um universo de valores construídos e pensados.

A condição empresarial, por exemplo, não é acessível à maioria da população trabalhadora, pois se assim fosse, a realização do lucro estaria ameaçada. O lucro surge da exploração dos trabalhadores, sem esses, não há lucro (Quiniou, 2012, p. 59). Trata-se apenas de retórica liberal, idealização, não obstante, os negócios são estimulados na mídia sem gerar maiores problemas para o capital, pois a maioria deles é de baixo volume de capital, e assim, possibilitará apenas a sobrevivência do proprietário e sua família, o que caracteriza uma condição trabalhadora disfarçada, camouflada de empreendedora¹⁴, e/ou não sobreviverá por muito tempo¹⁵.

O consumo das mercadorias, por sua vez, não é resultado de uma capacidade de discernimento apurada, pois as pessoas são estimuladas a adquirir uma quantidade maior de mercadorias, e, se possível, de melhor qualidade, na medida em que isso proporciona, mais do que satisfação e saciedade, status ao consumidor, enquanto gera maior lucratividade às empresas (Marx, 1985, p. 70-71). O tipo e volume do consumo dos segmentos mais abastados

¹⁴ Uma vez que seus rendimentos não são compatíveis com o do grande capital, que comanda o processo de acumulação, sendo suficientes para sobrevivência ou imitação da classe alta (Guerra e Teixeira, 2010). Nesse século o empobrecimento dos microempresários tem aumentado significativamente devido ao advento da terceirização e uberização das economias, como atestam, particularmente, os estudos de Antunes e Alves (2004), Antunes (2009, 2014 e 2020), entre outros.

¹⁵ Há uma literatura extensa que parte da alta mortalidade das pequenas empresas para estudar suas causas, como por exemplo Araújo, Morais e Pandolfi (2019), Ferreira, *et al* (2012), Guerra e Teixeira (2010) ou Matos e Vasconcelos (2013).

é referencial, alimentando os anseios de ascensão socioeconômica da maioria mais pobre, que tenta emular o padrão do patrono¹⁶. A mudança no nível da qualidade das mercadorias ocorre quando exaurem as possibilidades do nível anterior de renda, assim, o objetivo central do sistema, o de expandir a acumulação de capital é atendido, gerando sua reprodução e expansão.

Por fim, a análise crítica da fetichização das mercadorias (Marx, 1985, p. 70-78) é fundamental para entender como elas parecem ser mais do que são, distorcendo o livre arbítrio e estimulando o consumo excessivo. Se antes do capitalismo produção e consumo perfazem uma unidade, agora são momentos separados, conferindo uma dimensão misteriosa às mercadorias, na medida em que a divisão do trabalho torna cada um produtor de apenas uma pequena parcela da mercadoria final. Cada pessoa é uma especialista desqualificada de uma etapa produtiva¹⁷.

A divisão do trabalho, tão enfatizada por Smith em razão dos ganhos de produtividade, faz com que o trabalhador não domine mais o ofício como um todo, perdendo a compreensão total da mercadoria como resultado de seu processo de trabalho, daí surge o fascínio por elas como coisas mágicas. O processo de trabalho integral já não importa mais, o que é valorizado é o fim, apenas o resultado do processo, a posse dos objetos de desejo, o sonho de consumo. Essa dissociação exponencia a busca pelo fim (ter) e coloca em segundo plano os meios (o trabalho), possibilitando valorização subjetiva descolada da realidade concreta da produção.

3. 3 Lucro e injustiça social

O lucro para Smith era a justa remuneração do empresário reconhecida pelo consumidor, mas Marx o reavalia como núcleo de um sistema de exploração baseado na relação capital/trabalho, e assim deve ser renomeado como mais-valia (o trabalho não remunerado apropriado pelo capitalista). Smith (1985, p. 79 e 92) identifica como justas as remunerações dos fatores em razão do processo histórico de apropriação privada dos recursos, que expõe sem contestar, mas a interpretação marxista diverge, alcançando a distribuição de renda ao patamar de questionamento moral central da economia política: não é possível reconhecer a legitimidade

¹⁶ Quem efetivamente pode fazê-lo é a classe média (particularmente a média-alta), se identificando com o grupo capitalista (Silva, Araújo e Pereira, 2021, p. 16).

¹⁷ Se ainda estiver na esfera produtiva primária ou secundária, uma vez que o desemprego nesses setores faz crescer significativamente o setor terciário.

do lucro, uma vez que ele e o capital são resultados, em última instância, de pilhagem e apropriação histórica de remuneração não paga aos trabalhadores (Quiniou, 2012, p. 58).

Os principais problemas morais da economia capitalista, de acordo com a visão marxista, decorrem de sua própria natureza, uma vez que seu fundamento está na exploração que Marx sintetizou na relação capital/trabalho. A lógica de ganhar com a produção no mercado implica em buscar sempre mais lucros, acumular capital, o que resulta num comportamento necessariamente ‘desumano’ do capitalista, pois tem que encarar o trabalhador apenas como custo, uma despesa que deve render o máximo e ter minimizada sua remuneração. A maior exploração dos trabalhadores, absoluta e relativa, é mecanismo histórico de aumento dos lucros, diminuindo a parte que cabe a eles do produto final Marx, 1985, p. 155-163).

Para Marx, os trabalhadores estão numa condição de fragilidade humana no capitalismo, precisam vender sua força de trabalho para sobreviver e assim fazem pelo preço de sua subsistência, deixando o capitalista com o restante do valor adicional gerado. Os produtores das mercadorias são os trabalhadores, logo, esses deveriam ficar com os rendimentos. Já para o capitalista, o básico não é a meta, seus ganhos ultrapassam esse patamar, o importante é acumular, e para isso independe a natureza da mercadoria¹⁸.

Aquele que deve intervir, intermediando o conflito social e corrigindo desvios, por ser aceito como legítimo para tal na sociedade moderna, o Estado, é parcial no processo (Quiniou, 2012, p. 61). Este, segundo Marx, é tomado pela classe dominante, que elege governantes e representantes para elaborar e promulgar leis de seu interesse, viabilizar contratos, obras, etc. reforçando o acúmulo de capital e minimizando investimentos sociais. É a invasão do público pelo privado. O Estado vai ser disputado e pender para um lado, o lado de quem domina. O Estado centraliza as formas principais de dominação que entravam o avanço das forças produtivas, pois é a instância que dita as normas, os contratos sociais e julga os litígios.

3.4 Moral dos trabalhadores

Os sentimentos não podem ser categorias principais numa interpretação marxista, sua rejeição como tal encabeça a crítica de uma concepção materialista dialética, entretanto, podem ser alvo de análise por esse prisma na medida em que têm sua importância para a condição

¹⁸ Estes são os pontos principais de uma ‘teoria da justiça marxista’ enfatizados em consolidados manuais de ética econômica, como Silva (2007, p. 168).

humana. Como os sentimentos em torno da atividade econômica podem ser analisados considerando os grupos sociais como categorias centrais para uma compreensão da lógica do mercado?

O capital não tem sentimentos e cobra ações agressivas de seus agentes, alimentando a busca egoísta por mais lucro (Marx, 1985, p. 190-219). Sem consciência crítica a respeito do sistema capitalista, num primeiro momento os trabalhadores também são apenas egoístas na disputa por oportunidades de trabalho num mercado competitivo, pois esse é o impulso básico do ser humano na busca pela sobrevivência num contexto de escassez e pouca cooperação. A simpatia pela concorrência é construída pela ideologia corrente ao enfatizar que só essa diminui os preços, extraí o melhor de cada um e evita comportamentos pouco produtivos ou mesmo parasitários, típicos de outras estruturas produtivas.

É necessário registrar que a simpatia geral pela eficiência produtiva¹⁹ convive e se adapta a realidades sociais díspares, confirmado a superioridade hierárquica dos valores econômicos liberais em relação aos demais sociais. Tanto pode contemporizar com projetos sociais autoritários, em sociedades periféricas acostumadas a essa tradição, ou com democracias modernas avançadas, não tem preconceitos, aceitando mudanças de percepção social acerca de gênero, etnias, distribuição da renda etc., desde que atendam à lógica de acumulação de capital. Esses pontos ficam a cargo de cada sociedade, o que denota uma certa flexibilidade moral do capital, ao adotar algo próximo à ética smithiana em países centrais e deixar uma ética mandeviliana, mais primitiva e agressiva, para economias pobres.

A sociedade liberal lida bem com a exclusão social, a pobreza pode acontecer por falta de dedicação ou persistência, deixando para instâncias sociais, geralmente benficiares, a resolução do problema, por meio da evocação da caridade (Smith, 2015, p. 51-52). O máximo que o *mainstream economics* admitiu com suas atualizações foi defender a universalização da educação como forma de proporcionar condições iguais de formação básica a todos para disputa

¹⁹ Que se vê maculada especialmente com a fase financeira da acumulação de capital, gerando perdas econômicas expressivas em vários países.

do mercado de trabalho²⁰. A simpatia apenas reforça o estabelecido, a crença ilusória em torno da eficiência dos mecanismos de mercado.

A conscientização crítica, seguida da organização e adoção de posturas de grupo, no entanto, propiciam outra dimensão ao comportamento dos trabalhadores. O engajamento de classe faz com que se expandam demandas coletivas, pautadas pela solidariedade e pela empatia. Com algum tempo, os trabalhadores percebem a condição trabalhadora em geral, ao que cabe a união da classe não só por categorias, mas também como um todo para combater efetivamente os abusos do capital²¹. Enquanto o comportamento dos capitalistas de expandir o lucro a qualquer custo resulta em condições degradantes de trabalho e exploração destrutiva dos recursos produtivos, a postura dos trabalhadores e da sociedade civil organizada vai enfatizar a insustentabilidade do *modus operandi* desse modelo produtivo, atuando no sentido de frear a volúpia da classe capitalista (Marx, 1985, p. 211-238).

O próprio Marx (1985, p. 202-203), observou jornadas de trabalho de 18 horas por dia no século XIX, inicialmente aceitas pela sociedade. Esse padrão é o que se esperava dos segmentos dominantes, mas a ação dos trabalhadores e grupos organizados gradativamente impuseram aos capitalistas limites à exploração do trabalhador e dos recursos. Historicamente, quem impõe novos parâmetros morais às condições de produção é a classe trabalhadora, e posteriormente, também a sociedade organizada, o que remete à empatia como característica de movimentos sociais de classe, pautados pela defesa das condições humanas dignas para todos e proteção do lado mais frágil nas relações econômicas de mercado.

Marx (1986, p. 229-239), contudo, esclarece que o desejo de mudar parâmetros morais deve ter respaldo no nível de desenvolvimento das forças produtivas, de um lado, e na capacidade de se desvincilar da ideologia dominante, de outro. A empatia pelo trabalhador, como categoria política, tem de ser socialmente construída em cima de bases concretas e também, na sequência, de bases imateriais que desconstruam o pensamento predominante de valorização do capital e sua lógica. O próprio Marx (1984, p. 45) sintetiza essa unidade

²⁰ A partir da defesa de Marshall da universalização da educação (Nasar, 2012, p. 95), seguem as teorias da justiça de Rawls, e particularmente a de Amartya Sen, onde a educação para todos como meio de compensar as diferenças inerentes ao mercado tem papel relevante.

²¹ Silva, Araújo e Pereira (2021, p. 16) discutem entraves nesse processo, uma vez que segmentos mais baixos de renda têm resistência em reconhecer trabalhadores pertencentes a segmentos de renda superiores.

necessária em termos conceituais e de movimento operário quando conclui sua mais conhecida obra política com as palavras: “trabalhadores de todos os países, uni-vos!”

A formulação marxista de uma moral econômica predominante no capitalismo, tomando como referência a crítica à concepção ética referencial de Smith termina, sem a pretensão de esgotar o tema, nesse ponto, a partir do qual vem a discussão em torno da mudança para um novo imperativo categórico social (Quiniou, 2012, p. 57), que só alcançará plenitude com a emancipação social proporcionada pela construção fundamentada do socialismo (Albinati, 2006, p. 179). Nesta esfera outros pensadores pós marxistas vão contribuir com o delinear da moral predominante no comunismo²², mas essa já é outra discussão a partir dos poucos enunciados deixados por Marx (2012, p. 32-33), estabelecendo apenas os fundamentos básicos do novo momento: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades.”, sendo que o direito à igualdade implica considerar desigualdades, como número de filhos do(a) trabalhador(a).

A economia de mercado do século XXI avança mais rapidamente que nos séculos anteriores no sentido de agravar suas contradições. O trabalho morto tem ocupado cada vez mais espaço na produção, seja por meio de robôs, drones, inteligência artificial ou aplicativos, e, junto com o aumento da concentração de riquezas e de capital, aponta para impasses num horizonte mais curto do que se pensava. O contexto atual mostra alto nível de desenvolvimento das forças produtivas, que enseja o acirramento das disputas morais econômicas que definirão a formatação social que os homens querem e podem construir. Um sistema que estará à sua altura moral, de grandeza ou pequenez, como sujeito ou passageiro da história.

4. Considerações finais

O trabalho constatou que uma concepção de moral socioeconômica de Marx pode ser elaborada a partir de uma hipotética crítica desse autor à tese ética smithiana. Essas teorias interpretam diferentemente a individualidade e a sociabilidade em razão de métodos de análise distintos. Em Smith, a sociabilidade aflora por meio do individualismo, de uma moral natural que reconhece predominantemente iniciativas individuais produtivas, enquanto Marx aponta para a unidade de certos grupos sociais para compreender dialeticamente a coletividade numa

²² Como os clássicos Kautsky (1980) e Lukács (2018), ou os contemporâneos Hinkelammert (2019) e Biondi (2019).

lógica de mercado, prevalecendo um interesse básico que norteia a organização socioeconômica: a acumulação de lucros extraída da exploração dos trabalhadores.

Para Marx, a natureza humana é construída historicamente e as sociedades são estruturadas em grupos sociais, mesmo a liberal moderna, que é distinta apenas aparentemente. Também a moral, consequentemente, é uma construção social de grupos dominantes, tendo por referência o interesse econômico fundamental, definidor das linhas da moral socioeconômica que vai forjar outras dimensões da moral social, conciliando com tradições e costumes sociais. Nesse contexto, o acordo social smithiano, harmônico e reconhecedor das justas remunerações, transforma-se, em Marx, numa convivência social tensa e injusta para a maioria da população, trabalhadora (incluindo empreendedores em condições análogas). A dualidade presente nas duas perspectivas, deixa de ter sentido complementar (demanda e oferta mutuamente reconhecidas) em Smith, para significar contradições latentes inerentes à lógica de exploração.

Por fim, o estudo analisou os sentimentos pela ótica marxista e constatou seu uso, via manipulação, pelos grupos dominantes, para preservar a ordem instituída. Além disso, chegou à conclusão que uma classe trabalhadora organizada avança a ponto de substituir a simpatia pela empatia como fundamento da vida socioeconômica. Em suma, a construção de uma perspectiva moral socioeconômica marxista a partir de uma crítica fundada no método dialético-histórico à teoria dos sentimentos morais agrega elementos analíticos às análises já realizadas sobre moral em Marx, ampliando a compreensão do tema.

Referências

ALBINATI, Ana Selva. As determinações da moralidade na obra de Marx. **Tese de doutorado em Filosofia**, UFMG. Belo Horizonte, 2006. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ARBZ-7G5JLD/1/tese_ana_selva.pdf> . Acesso em 05/11/2024.

ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e sociedade**. v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGPp/>> Acesso em 04/11/2024.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos avançados**, v. 28, n. 81, p. 39-53, 2014. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/83893/86740>> . Acesso em 04/11/2024.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAÚJO, Felipe; MORAIS, Fábio; PANDOLFI, Edgar. A fábula dos mortos-vivos: determinantes da mortalidade empresarial presentes em micro e pequenas empresas ativas. **Revista de empreendedorismo e gestão de pequenas empresas**, v. 8, n. 2, p. 250-271, 2019. Disponível em <<https://www.redalyc.org/journal/5615/561566630010/561566630010.pdf>> Acesso em 04/11/2024.

BIANCHI, Ana Maria. **A pré-história da economia**: de Maquiavel a Adam Smith. São Paulo: Hucitec, 1988.

BIONDI, Pablo. Filosofia ética e forma ética em Kant: uma interpretação marxista. **Marx e o marxismo**, v. 7, n 12, p. 1-24, 2019. Disponível em <<https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/283>> Acesso em 20/06/2025.

CAMARGOS, Luiz. O dirigismo no “Estado neoclássico” e a beneficência no “Estado smithiano”. **Revista de economia política**, v. 23, n. 90, p. 63-83, 2003.

COSTA, César. Premissas conceituais sobre a formação do materialismo de Marx. **Práxis filosóficas**, v. 31, p. 61-72, 2010. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0120-46882010000200004&script=sci_arttext> Acesso em 30/01/2024.

CUNHA, Leonam e DIAS, Maria Cristina. O significado das questões ético-morais para Marx. **SABERES**, v. 1, n. 13, p. 35-48, 2016. Disponível em <<https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/8779/6305>> Acesso em 03/10/2024.

FEIJÓ, Ricardo. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 2007.

FERNANDEZ, Ricardo. Dominio y moral: Karl Marx y la explotación. **Éndoxa**, n. 48, p. 107-125, 2021. Disponível em <<https://www.proquest.com/openview/0f95c006ce5d14050840bf8d5bd1fe9e/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1596369>>. Acesso em 08/11/2024.

FERREIRA, Luis, et al. Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. **Gestão & produção**. v. 19, n. 4, p. 811-823, 2012. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/gp/a/YWkhSjgTYnpXtfPy7ynrnSz/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 04/11/2024.

FONSECA, Eduardo. **Vícios privados, benefícios públicos? A ética na riqueza das nações**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

GUERRA, Oswaldo e TEIXEIRA, Francisco. A sobrevivência das pequenas empresas no desenvolvimento capitalista. **Revista de economia política**, v. 30, n. 1, p. 124-139, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rep/a/XSHRGfXzPy6TRZtkyWBXtXG/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 04/11/2024.

Hinkelammert, Franz. La dialéctica marxista y el humanismo de la práxis. **Economía y sociedad**. V. 24, n. 55, 2019. Disponível em <https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?pid=S2215-34032019000100120&script=sci_arttext> Acesso em 20/06/2025.

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. São Paulo: ed. Folha de São Paulo, 2010.

KAUTSKY, Karl. Ética y Concepción materialista de la historia. 2 ed. México: **Pasado y presente**, 1980. Disponível em <<https://www.marxists.org/espanol/tematica/cuadernos-pyp/Cuadernos-PyP-58.pdf>> Acesso em 20/06/2025.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MANDEVILLE, Bernard. **A fábula das abelhas**. Disponível em <https://projetophronesis.wordpress.com/2014/11/20/a-fabula-das-abelhas-de-bernard-mandeville/>. Acesso em 03/10/2024.

MARTINS, Alexandre. Ética e crise na economia brasileira recente. **Revista Pesquisa e Debate**, v. 35, n. 2, p. 1-17, 2023. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/64890/43914>> Acesso em 10/06/2025.

MARTINS, Alexandre. Uma breve história da ética do trabalho no mundo ocidental. **Revista de economia política e história econômica**, n. 44, p. 91-108, 2020. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/19GxbgsI4ZUPIHq5zugVMkZKN9jTlhZFl/view> Acesso em 05/11/2024.

MARTINS, Alexandre. **A economia segundo Smith, Ricardo e Marx**: teorias e respectivas metodologias compreendidas a partir do contexto histórico de cada autor. Ideia: João Pessoa, 2021. Disponível em <https://www.ideiaeditora.com.br/wp-content/uploads/woocommerce_uploads/2021/12/Livro-COMPLETO-CORRIGIDO-versao-final-3-upqd4t.pdf> Acesso em 10/06/2025.

MATOS, Paulo e VASCONCELOS, Ary. Análise de causalidade da mortalidade das pequenas empresas no Brasil. **Revista ciências administrativas**, v. 19, n. 1, p. 13-34, 2013. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/4756/475647548002.pdf>> Acesso em 04/11/2024.

MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012. Disponível em <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/critica-do-programa-de-gotha.pdf> acesso em 19/06/2025.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Disponível em <https://gpect.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/11/ideologia-alema.pdf> Acesso em 14/06/2025)

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARX, Karl. **O capital**. 2 ed. São Paulo: Nova cultural, 1985.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. 4 ed. São Paulo: Global editora, 1984.

MAUTHUS, Thomas. **Princípios de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova cultural, 1986.

NASAR, Sílvia. **A imaginação econômica**: Gênios que criaram a economia moderna e mudaram a história. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

PASSOS, Eduardo Schimidt. “**Das Adam Smith problem**”: uma análise comparativa das obras a teoria dos sentimentos morais e a riqueza das nações de Adam Smith. Monografia. UFSC. Florianópolis, 2006.

QUINIOU, Yvon. A moral em Marx. **Crítica Marxista**, v. 19, n 34, p. 51-65, 2012. Disponível em <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19301/13801> Acesso em 04/10/2024.

ROUANET, Sérgio P. Dilemas da moral iluminista. In: Novaes Ética Adauto (Org). São Paulo: Companhia das letras: secretaria municipal de cultura, 1992.

SILVA, Marconi G., ARAÚJO, Denílson S. e PEREIRA, William E. As classes sociais em Marx: retrospectiva e atualidade. **Cadernos CEPEC**, v. 10, n. 1, p. 6-24, 2021. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/11708/8090> Acesso em 13/03/2025.

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. **Ética e economia**: impactos na política, no direito e nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Vol. 1. São Paulo: Nova cultural, 1985.